

Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil

Advances in determining the content of ethical debates in Brazil

Prof. Dr. Antônio Paim (Instituto Brasileiro de Filosofia - São Paulo-SP)

antoniopaim@flc.org.br

Resumo: O artigo procura indicar que no Brasil o debate não superou o denominado contra reformismo. Bem caracterizado o modelo ético apresenta-se como um entrave aos valores modernos. A consequência foi que embora o país tenha se industrializado, não houve alteração substancial do Estado.

Palavras-chave: Ética; Contra-reformismo; Brasil.

Abstract: The article seeks to point out that in Brazil the debate did not succeed counter-reformism. The ethical model presents itself as a barrier to modern values. The consequence was that although the country has been industrialized, there was not a significant change in the State.

Key words: Ethic; Counter-reformism; Brazil

1. Considerações iniciais

A meu ver, não se pode dizer que haja sido superada a fase batizada pelo saudoso Ubiratan Macedo (1937/2007) de “ausência da ética no pensamento brasileiro”.¹ Contudo, certamente avançamos na determinação dos temas que integrariam a pauta correspondente.

Em 1964, apareceu o livro *Desenvolvimento e Cultura – o problema do estetismo no Brasil*, de Mário Vieira de Melo (1912/2006). Apesar de sua densidade teórica, não despertou maior interesse. Talvez a crueza do diagnóstico haja chocado os que porventura se considerassem visados.

Vieira de Melo defendia a tese de que a cultura brasileira desestimulava uma autêntica vivência moral. Parecia-lhe que a questão era considerada de modo superficial. Atribuía a circunstância à influência do romantismo. Embora considerasse que o diagnóstico traduzia uma situação real, o livro não se apoiava no registro do desdobramento dessa temática na meditação nacional mas na aplicação (sem dúvida brilhante) da tese, de Kirkegaard, segundo a qual a modernidade caracterizava-se pelo confronto entre o princípio

¹ Título do primeiro ensaio inserido no livro *A presença da moral na cultura brasileira. Ensaio de ética e história das idéias no Brasil* (Editora UEL, 2001, págs. 1-9)

Revista *Estudos Filosóficos* n° 1 /2008 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 28 – 43

ético e o princípio estético. A par disto, não havia naquela época (como não se dá no presente) nenhuma evidência de que a Contra Reforma tivesse sido superada (pelo romantismo, na hipótese do autor).

A tese de Vieira de Melo veio a ser reforçada pela adesão que lhe prestou Ubiratan Macedo, no texto antes referido. Embora se trate de uma citação algo extensa, transcrevo-a adiante, porquanto confirma a referida impressão. Depois de assinalar o contraste entre o Brasil e o México, no período recente, no que se refere à edição de textos dedicados à ética, escreve:

O outro lado da moeda no Brasil - da inexistência de textos de Ética filosófica -, num primeiro momento, é sua ausência nos currículos secundários e universitários, e num segundo momento, o desinteresse até há pouco da sociedade sobre o tema. Mais do que desinteresse, *moralismo*, nome de uma perversão cultural com que até há pouco, entre nós, se acusava os adversários. Tal partido político ou tal personalidade estaria inquinada de *moralismo*, isto é, desinteressada do progresso material, do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, alguns contrastes em obras literárias reforçavam esta percepção. Os principais romances de Machado de Assis, autor dos mais significativos da cultura nacional, tratam do adultério. Por exemplo: *Dom Casmurro* e as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. Na literatura americana encontramos o romance *A Letra Escarlata* (1850) de Nathanael Hawthorne, que trata à mesma época do adultério. No livro de Hawthorne, o adultério da mulher de um marinheiro, ausente por mais de dois anos sem notícias, seria talvez escusável. Mas tal não acontece. Todo o enredo gira em torno do horror do pecado, da culpa que sofrem os infelizes envolvidos, na violência da punição pela comunidade, e, pela vida inteira, das boas ações da protagonista (Hester Prynne) para expiar a culpa. Nos romances brasileiros, mais tarde apenas algumas dezenas de anos, o clima é totalmente diverso. Não há punição da comunidade, nem concurso de magistrados na sua punição, talvez algum mexerico. Em *Dom Casmurro* o adultério é tão tênue e misterioso, como os olhos cor de ressaca de Capitu, a protagonista. Termina-se a leitura com a dúvida: houve mesmo adultério?

Nas *Memórias* não há mais dúvida: o adultério é escachado. A adúltera (Virgília) indica o ponto do muro da casa onde o adúltero poderia penetrar no lar. Mas o mais o grave é no capítulo XCVI, ao ser denunciado o adultério ao marido, a

reação da adúltera: "falta de comoção, de sustos e até de remorsos", narra Machado de Assis; e, com astúcia, elimina as suspeitas do marido e assume uma atitude de firmeza, que admiramos, ante o perigo, contrastando com o susto do adúltero. Sai engrandecida do episódio a personagem, culpada aliás, pela lei, pela religião vigente e pela moral tradicional. Este contraste literário reforça a idéia de leviandade moral e crise ética em nossa comunidade. De que os recentes e continuados escândalos seriam a cabal demonstração.

No período desde então transcorrido, se há algo a assinalar, nessa matéria, é a confirmação da tolerância (ao que parece infinita) da maioria de nosso povo na condenação de atos confirmados de corrupção de políticos e autoridades governamentais. Deputados que comprovadamente recebiam mesadas do governo (o chamado "mensalão"), para votar projetos oficiais, foram simplesmente reeleitos. O Presidente da República que, obviamente, autorizou esse tipo de operação, limitou-se a dizer que não sabia de nada. E tudo ficou por isso mesmo. Tampouco causou maior espanto que tivesse o patrocínio do PT (tornado partido governamental), justamente a agremiação que, nos tempos da Oposição, pretendia monopolizar a bandeira da moralidade na política.

A sobrevivência de empresas estatais, a par do excessivo poder de interferência do Estado na vida das empresas privadas, equivale à institucionalização da corrupção. Apesar do sucesso das privatizações efetivadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, poucos são os políticos que defendem a iniciativa. O próprio FHC tem feito circular a notícia do seu arrependimento e o faria por se manter fiel ao ideário socialista. Além do mais, manifestação de completo distanciamento do que se passa no Ocidente, onde, nem mesmo o Partido Socialista Francês, que continua aferrado ao que os trabalhistas britânicos chamam de "velha esquerda", ainda identifica socialismo com estatização da economia. Defende a existência de empresas estatais, na França, ao que diz sua liderança, "por razões estratégicas".

Pode-se, portanto, considerar estabelecido, que se estratificaram na cultura brasileira algumas componentes que comprovam o desinteresse por discussões teóricas destinadas a

problematizar as questões relacionadas à moralidade, e, ao mesmo tempo, uma grande tolerância em face de comportamentos flagrantemente imorais.

Assim, a divergência não se situa nesse plano. O que contesto é a inferência daí deduzida, expressa por Mário Vieira de Melo nestes precisos termos: “Entre nós o espírito da Contra Reforma não resistiu ao embate do romantismo do século XIX”. E que veio a merecer o apoio de Ubiratan Macedo.

2. Persistência da moral contra-reformista

Admito a hipótese de que tanto Mário Vieira de Melo como Ubiratan Macedo hajam partido de uma consideração da Contra Reforma, dissociada do que efetivamente representou na cultura portuguesa. Teoricamente, a pretensão do Concílio de Trento seria reformar a Igreja, expurgá-la da corrupção do Papado, que determinara o surgimento da Reforma Protestante. Em Portugal não havia qualquer manifestação relacionada ao protestantismo. O inimigo visado correspondeu à modernização econômica patrocinada pelos judeus, em especial à indústria açucareira implantada no Brasil do século XVII.

Antes de mais nada é preciso ter presente que os valores da Contra Reforma foram inoculados na população através do autêntico terror implantado pela Inquisição, do que entre nós não se tem uma idéia muito precisa, razão pela qual insisto nas conclusões inferidas do seu estudo.

No livro *Momentos decisivos da história do Brasil* (2000) passo em revista as obras dedicadas à Inquisição, discussão na qual se envolveram figuras das mais expressivas da intelectualidade lusa: Alexandre Herculano (1810/1877); José Sebastião da Silva Dias (1915/1993); João Lúcio de Azevedo (1855/1933) e, mais recentemente, Antonio José Saraiva (1817/1987) e Francisco Bethencourt (nascido em 1962), além do texto clássico sobre a Inquisição espanhola, da autoria de Henry Kanem. A perseguição aos patrocinadores dos engenhos de açúcar, no Brasil, está igualmente comprovada nos diversos livros que Anita Novinsky dedicou ao tema.

A periodização possibilitada pela consulta às obras em apreço permite afirmar que, embora criada na primeira metade do século XVI, a Inquisição Portuguesa somente se estruturou, de modo acabado, tornando-a apta a afrontar toda espécie de resistência, no

reinado de D. João V (reinou de 1706 a 1750), resultado alcançado pelo Cardeal Nuno da Cunha, Inquisidor Geral no período considerado.

Os estudos de Francisco Bethencourt, por sua vez, permitem verificar que a Inquisição não atuava somente através das *Visitações* - membros da Inquisição vindos diretamente da Metrópole. Dispunha de uma rede de agentes locais, os chamados “familiares”. Enfim, não é nenhum exagero supor que seria algo de semelhante às redes constituídas pelos soviéticos na Rússia e nos países satélites, sobrevivente em Cuba, graças à qual o povo veio a ser transformado numa massa amorfa, passível de ser mobilizado a fim de fazer crer que o ditador de plantão goza de ampla popularidade. No caso brasileiro, a aceitação passiva da condenação à riqueza, que estava surgindo nos países protestantes, que acabaria tornando-se o grande projeto dos tempos modernos.

Enfim, os levantamentos pioneiros efetivados pela profa. Anita Novinsky, com base nos processos de pessoas provenientes do Brasil, demonstram que os réus eram pessoas abastadas, numa proporção da ordem de 70%, isto é, senhores de engenho, mercadores, pessoas classificadas como “homens de negócio”, etc.. O certo é que disso resultou ter sido virtualmente aniquilada a indústria açucareira, justamente o que nos tornara mais ricos que os Estados Unidos no século anterior. Naquela altura teve lugar o que denomino de “opção pela pobreza”, em contraste com os americanos do Norte, que preferiram a riqueza.

A par disto, a pregação efetivada, no Brasil da época, foi reeditada (*Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976). As teses centrais difundidas foram as seguintes: 1ª) O homem está na terra por simples castigo, sendo uma verdadeira dívida superar o mais rapidamente possível essa situação transitória; 2ª) O homem é um vil bicho da terra e um pouco de lodo, consoante a tradição iniciada pelo Papa Inocêncio III (Pontífice de 1198 a 1216); 3ª) Condenação da riqueza (lançamento da consigna segundo a qual “é mais fácil um calabre passar pelo fundo de uma agulha do que o rico entrar no reino dos céus”, seguida de sentença, atribuída a Aristóteles, de que “o rico ou é injusto ou do injusto é herdeiro”); e 4ª) A pobreza consistiria numa “santa virtude”. Na pesquisa que

efetivou em Portugal, dedicada a idêntico período (século XVIII) José Maurício de Carvalho corroboraria essa conclusão².

Em síntese, a moral contra-reformista corresponde à ante-sala da condenação do lucro e da riqueza que, com o correr do tempo, desembocaria na recusa frontal do capitalismo.

Dessa pesquisa, sobressaem duas outras constatações: 1^a) A crítica à Contra Reforma é fenômeno esporádico. Passou incólume no século XIX e em grande parte do século XX. Neste, dois únicos autores correlacionaram-na com as dificuldades encontradas no país para a conquista da modernidade econômica (Viana Moog e Paulo Mercadante); e, 2^a) São abundantes os indícios de persistência da moralidade contra-reformista, caracterizada sobretudo pelo ódio ao lucro e à riqueza.

O sentimento de ódio irracional diante do lucro e da riqueza é algo de mais difundido do que se pode imaginar na atual realidade brasileira. Registro depoimento expressivo de uma personalidade que, acredito, simbolizou a mentalidade que presidiu a modernização econômica promovida pelos governos militares, o general Alencastro e Silva. O conhecido militar, em seu livro *Telecomunicações — histórias para a história* (1990), diz, entre outras coisas, que “o lucro muitas vezes cheira mal. A vida me ensinou a aceitar, embora com repugnância, este determinismo do regime capitalista”.

Onde será que o general Alencastro adquiriu essa vivência com o capitalismo que lhe provocou tamanha repugnância? Em sua biografia consta ter transitado diretamente dos quartéis para cargos na burocracia a exemplo da Telebrás. Tudo leva a crer que ele sempre soube que o capitalismo não prestava, que o lucro cheira mal.

O capitalismo inventou o telefone e difundiu-o. Realizou maravilhas no plano das comunicações. O general tem na devida conta essas conquistas da técnica. Mas nem de longe as associa ao capitalismo. Na sua visão, este veio do esterco. É interessante registrar essa idéia de que a riqueza provém de algum lugar tenebroso, que nos é tão familiar, desde pelo menos o século XVIII.

A recusa do capitalismo antes mesmo de vivenciá-lo não é fenômeno recente em nosso país, mas relativamente velho. Numa primeira aproximação vamos encontrá-la nas

² *Caminhos da moral moderna: a experiência luso-brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1995.
Revista *Estudos Filosóficos* n° 1 /2008 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967
<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>
DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG
Pág. 28 – 43

últimas décadas do século passado, fenômeno denunciado por Silvio Romero (1851/1914). E cuja referência paradigmática seria o grande poeta português Antero de Quental (1842/1891).

Outro exemplo expressivo nos é dado por José Maurício de Carvalho, no debate em que se envolveu com Maria Helena Falcão Vasconcelos, educadora de reconhecido valor. Acha-se registrado no *Jornal da AMEF* (Informativo da Academia Mantiqueira de Estudos Filosóficos. Barbacena, Minas Gerais, Ano II, nº 4, fevereiro de 1999).

A tese principal, ponto de partida das considerações da profa. Maria Helena, acha-se formulada deste modo: “O capitalismo expandiu-se pelo mundo inteiro. Tornou-se um império sem fronteiras fixas. Apossou-se das forças físicas e do futuro da ação dos trabalhadores. Pior que tudo isso, porém, mais que qualquer outra estruturação social precedente, investiu e continua investindo pesado na produção social de nossa subjetividade, tomando posse de nossas entranhas, até de nosso inconsciente.”

A argumentação está dirigida no sentido de comprovar que o capitalismo não é “onipotente e infalível”. Como diz, “assumindo propostas”, embora não tenha garantias de sua consecução mas sobretudo para manter viva a esperança, concebe o que seria uma sociedade igualitária e justa. Entre outras características, deveria facultar vivência proporcionada pela “alegria da gratuidade, do fazer pelo prazer de se expressar e produzir o belo, o agradável, o bom. Sem missão a realizar, sem dever a cumprir. Gratuidade só”.

José Maurício de Carvalho procurou corrigir a caricatura do capitalismo resultante da descrição da profa. Maria Helena Falcão Vasconcelos. Mostrou ter proporcionado igualdade de oportunidades e distribuição de renda, “reduzindo as distâncias entre ricos e pobres, ao contrário do que preconizava Karl Marx”. De minha parte, aduziria que o paraíso terrestre que imagina tem pouca probabilidade de vingar, mas por razões contrárias às que invoca. Os homens jamais serão seres morais. Entregues a si mesmos - como ensinava Kant -, cederão às inclinações. Certamente a gratuidade de suas ações serão encaminhadas no sentido da violência

Tanto o General Alencastro como a profa Maria Helena são pessoas das mais representativas de nossa elite, com acervo de serviços prestados ao país. Entretanto, reproduzem um tipo de entendimento de vários séculos atrás, inteiramente dissociado da

realidade. Além do mais, baseiam-no no desconhecimento de que os países capitalistas são parcela reduzida no conjunto das nações, do mesmo modo que aqueles onde vingou o Estado de Direito (correspondem apenas a 30% das 200 nações existentes na atualidade).

Nos países capitalistas (vale dizer, no mundo desenvolvido), o capitalismo proporciona à imensa maioria acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, graças à razoável distribuição de renda e acesso à educação. Por isto mesmo, os índices brasileiros - educacionais e de concentração de renda - demonstram precisamente que não somos um país capitalista. Este o primeiro equívoco dos partidários da moral contra-reformista. Sendo o segundo a crença na possibilidade de uma sociedade racional (sem guerras, sem violências, sem arbitrariedades, sem injustiças) postulada pelo iluminismo. Porém o que resultou do progresso material desmente essa crença – quando o que se vê é a profusão da irracionalidade -, cumprindo abandoná-la ao invés de rejeitar o progresso material (na vida cotidiana, os contra-reformistas sequer imaginam renunciar ao conforto da vida moderna: os automóveis, os eletrodomésticos, o progresso da medicina, etc.), fingindo acreditar que tudo isto nada tem a ver com o capitalismo.

Mas vejamos como é alimentada a sobrevivência da moral contra-reformista. A rigor, nem poderia ser de outra forma dada a pregação da Igreja Católica, brevemente referida adiante.

3. A pregação da Igreja Católica

É de todo desnecessário recorrer-se a uma publicação do interior de Minas Gerais para detectar a sobrevivência da moral contra-reformista. Basta assistir às missas dominicais do Padre Marcelo, transmitidas pela televisão. O cerne de sua pregação consiste na condenação ao interesse pecuniário, que seria uma espécie de rota na direção do Inferno. A mensagem de Cristo seria no sentido do completo desinteresse pelas coisas materiais.

É sabido que muitos católicos consideram que a missa do Padre Marcelo corresponderia a um espetáculo do *show-business*, não sendo representativo da Igreja Católica. Mas que dizer da disputa entre a Pastoral da Terra - entidade constituída diretamente pela Igreja - e o Movimento dos Sem Terra (MST) a propósito da limitação do tamanho da propriedade rural, que advoga abertamente. Parte do MST já se dá conta de que

a obtenção de um pedaço de terra, para trabalhar de modo dissociado das cadeiras produtivas do agronegócio, corresponde a uma “enganação”, para usar uma expressão da sabedoria popular. Seria adequado rever o projeto e cuidar da integração. Comprovadamente, o agronegócio não é incompatível com as denominadas economias familiares. Setores dinâmicos como a avicultura e a suinocultura baseiam-se precisamente nessa conjugação. Ao contrário disto, os que viam na reforma agrária um caminho revolucionário, embora reconhecendo que o movimento se tenha esgotado, tratam de canalizar o suposto potencial revolucionário numa outra direção. Que é mais ou menos o que pretende a Pastoral da Terra.

Se ainda assim for considerado que não representa a Igreja Católica, recorramos à Campanha da Fraternidade de 2007, patrocinada pela CNBB, que mereceu editorial do jornal *O Globo* (25/02/2007), com o expressivo título de “Afronta à lei”. Resumo o seu teor.

Ao lançar a mencionada campanha, afirma o editorial, “convocou uma mobilização nacional para “a proibição de emissão de liminares nos conflitos com o latifúndio”, não apenas extrapolando o âmbito de sua atividade legítima como se manifestando, de forma radical, contra um princípio jurídico básico que precisa ser respeitado”. E, prossegue: “Não é de admirar que, seguindo a mesma linha, o texto base da campanha faça menção a algo que chama, sem definir, de “modelo consumista neoliberal”, nem que o secretário-geral da CNBB, Dom Odílio Scherer, defenda com todas as letras “um diferente conceito de propriedade”.

Conclui o jornal carioca que se trata “claramente de mais uma demonstração do poder de contaminação da ideologia”. Não me parece que seja apenas isto. Consiste numa fixação absurda na “vulgata marxista”, que nenhum setor representativo do socialismo ocidental leva em conta no presente. A origem do anacronismo é flagrante: é preciso destilar ódio à riqueza e ao capitalismo, na melhor tradição contra-reformista, embora corresponda à antípoda da mensagem fundamental do cristianismo, decorrente do princípio do amor ao próximo.

O mais grave é que a Igreja Católica brasileira arroga-se o direito de não levar em conta o que afirmou o Papa João Paulo II na Encíclica *Centesimus Annus*. Transcrevo a referência ao capitalismo³:

Voltando agora à pergunta inicial: pode-se por acaso dizer, após o fracasso do Comunismo, que o capitalismo é o sistema vitorioso, e que o capitalismo poderia ser a meta dos países que agora se esforçam por reconstruir suas economias e a sociedade? Este é o modelo que deveria ser proposto aos países do Terceiro Mundo, que buscam o caminho do progresso econômico e social?

A resposta é obviamente complexa. Se por “capitalismo” entendemos sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo das empresas, do mercado, da propriedade privada e a correspondente responsabilidade pelos meios de produção, do mesmo modo que a livre criatividade humana no setor econômico, então a resposta será certamente afirmativa, embora talvez fosse mais apropriado falar de “economia empresarial”, “economia de mercado”, ou simplesmente “economia livre”. Porém, se por capitalismo entende-se um sistema no qual a liberdade no sistema econômico não se acha limitada por uma sólida estrutura jurídica que o coloca ao serviço da liberdade humana em sua totalidade e a emprega como um aspecto particular daquela liberdade, cujo núcleo é religioso e ético, então a resposta é certamente negativa.

A definição do Papa João Paulo II é lapidar. Pergunto: o Brasil dispõe de um ordenamento jurídico que assegure regras estáveis à economia de mercado? Dispõe de Banco Central independente, capaz de afrontar a voracidade estatal, que comprometa a estabilidade da moeda? As agências reguladoras – forma moderna de ingerência estatal na vida econômica das empresas – têm suas prerrogativas essenciais reconhecidas e respeitadas? A resposta é necessariamente negativa, bem como a conclusão daí resultante: o Brasil não é um país capitalista.

A definição de capitalismo de João Paulo II não autoriza a inferência de que o capitalismo deva transformar as pessoas em seres morais. O grande teólogo norte-

³ Consta dos primeiros parágrafos do item 42.

americano Reinhold Niebuhr (1892/1971) ensinou-nos que, olhando para a desordem do mundo é admissível que algumas pessoas duvidem da existência de Deus. Mas, se é assim, não têm porque duvidar da existência do Diabo⁴.

4. De onde proviria o cinismo moral de setores da elite

Acredito ter demonstrado que a Contra Reforma propiciou uma componente fundamental de nossa moralidade social básica. Ao mesmo tempo, contudo, sobressai a existência de flagrante cinismo, em matéria moral, sobretudo em segmentos da elite que, na visão de dois notáveis estudiosos dessa temática, proviria do romantismo. Parece-me, contudo, que ambos têm uma visão teórica, tanto da Contra Reforma como do romantismo. Isto é, dispensaram-se de examinar o formato que assumiram em nosso meio os dois movimentos culturais.

A expressão brasileira do romantismo é o indianismo. A crítica que lhe foi dirigida (sobretudo por Varnhagen) consistia na impropriedade da atribuição aos índios de valores morais aos quais eram de todo alheios, sendo incontestavelmente ocidentais. Machado de Assis, por sua vez, costuma ser arrolado entre os criadores de uma nova tradição literária, oposta ao romantismo. Por isto mesmo teria revelado tamanha capacidade de criar figuras imorredouras, perfeitamente afinadas com a nossa maneira de ser (notadamente da elite). Suponho que seria mais realista associar à tradição patrimonialista a falta de ética de contingentes expressivos de nossa elite.

A caracterização acabada do patrimonialismo foi feita por Simon Schwartzman, no livro *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982)⁵. Tendo em outras oportunidades⁶ procurado caracterizá-lo, limito-me aqui ao essencial.

A propósito da adesão de São Paulo à revolta militar de 1924, José Carlos Macedo Soares (1883/1968)⁷ publicou um livro em que procura esclarecer em que consistiria a

⁴ Cf. *Moral Man and Immoral Society* (1930; reeditado pelo autor em 1960).

⁵ O seu primeiro estudo aprofundado dessa questão apareceu em 1975 (*São Paulo e o Estado nacional*). Seguiram-se diversos ensaios. *Bases do autoritarismo* seria a versão definitiva. Desde então tem se dedicado à educação, onde conquistou merecida autoridade.

⁶ Em especial no livro *A querela do estatismo* (2ª edição, Tempo Brasileiro, 1994).

Revista *Estudos Filosóficos* n° 1 /2008 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 28 – 43

diferença entre o que pretendia a elite política paulista e aquela que dominou durante a República Velha. O livro considerado intitulou-se *Justiça - a revolta militar em São Paulo* (1925).

Depois de citar o trecho em apreço, comenta Schwartzman:

O que é notável neste texto é a clareza com que distingue dois tipos de política que existiam no país. Um ‘o alvo e ambição de quase todos os homens públicos do país’, são os ‘cargos de nomear’, de estabelecer clientelas pela distribuição de empregos. Neste tipo de política o cargo público era algo para ter e gerir, para aumentar o prestígio e a riqueza do político – uma espécie de patrimônio pessoal. O que os paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Eles tinham seus próprios patrimônios e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar os seus negócios; para quase todos os outros a política era o seu negócio. É nisto que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política daquele estado.⁸

A maneira como se constituiu Estado Patrimonial no país foi magistralmente comprovada por Schwartzman. Na maioria dos estados, a estrutura estatal correspondia à principal riqueza. Historicamente, considero que o fenômeno tornou-se mais claro na República Velha. O que a historiografia marxista denominou de *oligarquia*, como correspondendo a grupos econômicos que colocaram o Estado a seu serviço, não tem qualquer comprovação, tratando-se de simples postulado, como de resto o seu empenho em enquadrar a nossa realidade nas categorias marxistas. Na verdade deu-se o contrário. A estrutura estatal é que correspondia ao seu *negócio*.

Coube a Vargas, sob o Estado Novo, congregar as chamadas “oligarquias” estaduais no Estado Unitário. Assim se completa a feição típica do Estado Patrimonial, que consiste numa estrutura mais forte que a sociedade.

⁷ Destacado líder empresarial e político paulista. Depois da Revolução de 30, registra grande presença na esfera federal, inclusive exercendo o cargo de interventor federal em São Paulo, em seguida à deposição de Vargas.

⁸ *Idem*, págs. 103/104.

Resumo as conclusões de Schwartzman.

Toma como referência o fenômeno da urbanização sem industrialização que, a seu ver, permite desvendar o fato, tido na verdade como um mistério, de que a linha de estruturação das instituições políticas, seguida pelo Brasil, não obedece ao padrão fixado por aqueles países da Europa feudal que se transformaram nas sociedades capitalistas ocidentais. Conclui que estaria mais próxima da outra variante de sistema político, denominada de *patrimonialismo*. Afirma com toda propriedade que “essa distinção, de inspiração weberiana, não foi suficientemente explorada a ponto de, pelo menos, colocar em questão o paradigma teórico dominante que, ainda que derivada da primeira tradição histórica, é aplicada à segunda com grande perda de compreensão e poder explicativo.”

Tomando por base o aludido fenômeno - urbanização sem industrialização -, tipifica quatro regiões: A primeira corresponde a Minas Gerais e estados nordestinos e, a segunda, ao Rio de Janeiro.

A antiga área nordestina de cultura da cana-de-açúcar, de um lado, e, de outro, as zonas em que se desenvolveram atividades mineradoras, em Minas Gerais, têm em comum passado de riqueza e de proeminência econômica nacional. Desse passado ficou como herança concentrações urbanas, desprovidas de uma atividade econômica importante e de alta lucratividade, ao mesmo tempo que estrutura burocrática proveniente mesmo dos tempos da administração colonial. O Rio de Janeiro revestiu-se das mesmas características, enquanto capital do país.

A reconstituição do processo segundo o qual se constitui no país uma base social dependente da estrutura estatal burocrática, formada historicamente, passa pelo reconhecimento da existência daquelas regiões detentoras de concentrações urbanas e, ao mesmo tempo, desprovidas de outra fonte de sustentação, capaz de competir com o Estado. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Nordeste assumem tal característica.

A esse conjunto acresce o Rio Grande do Sul que, afirma o autor, “historicamente tem desempenhado, no sistema nacional, um papel político bastante desproporcional à seu tamanho e importância econômica.” Prossegue Schwartzman: “O Rio Grande parece ter desempenhado um papel semelhante ao que Portugal e Espanha desempenharam na Europa cristã: como um posto militar de fronteira, desenvolveu sua própria ortodoxia, o

positivismo – em uma combinação peculiar, soma tradição militar e a cultura boiadeira – e uma forte oligarquia estadual, que reunia forças tanto para a luta contra o inimigo espanhol e *porteño* quanto para a luta pela autonomia em relação ao Império brasileiro. A região era base da ala mais importante do Exército brasileiro, fornecendo, também, uma parte considerável dos seus quadros. Desempenhou um papel bastante ativo na vida política nacional, desde a criação do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, na derrubada do Império, em 1889, e daí em diante.”⁹

Esclarece que, sem embargo da contribuição para a formação no país de uma agricultura moderna, de alta produtividade, “permanece o fato de que o papel político do Rio Grande, a nível nacional, tem historicamente mais a ver com a sua tradição militar, caudilhista, revolucionária e oligárquica, do que com os aspectos modernos e europeizados de sua economia e sociedade.” Por fim, destoando desse conjunto, temos São Paulo. Afirma então: “Desde o início da história do país, a antiga Capitania de São Vicente se desenvolveu independentemente da administração central.”

A síntese dessa caracterização acha-se apresentada desta forma: “O Nordeste decadente, a economia mineira em decadência, o centro administrativo do país concentrado no Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul militarizado e em pé de guerra – são estes os núcleos principais deste país imenso que se manteria unido a duras penas no processo de independência.”¹⁰

O interesse na análise do tema do Estado Patrimonial Brasileiro, a partir dos anos setenta do século passado, advém do fato de que, nesse ciclo, completa-se a Revolução Industrial. Tal se deu, como sabemos, sob a égide do Estado. Oliveira Viana supunha que dessa intervenção resultaria no país o surgimento da base social requerida pelas instituições liberais. A Revolução Industrial deveria criar novos pólos de interesses, o que automaticamente iria requerer fosse institucionalizada a negociação entre tais interesses, em lugar do emprego da força¹¹, razão de ser do Estado de Direito.

⁹ *Bases do autoritarismo brasileiro*, ed. cit. pág. 34.

¹⁰ Obra citada, edição citada, pág. 68.

¹¹ No *Curso de Ciência Política*, Gianfranco Pasquino expressa essa alternativa do seguinte modo: “...como é sabido, a experiência clássica do constitucionalismo anglo-saxão está marcada pela tentativa, no essencial coroada de êxito, de substituir as balas (*bullets*) por boletins de voto (*ballots*) como instrumento de resolução de conflitos, contando cabeças ao invés de as cortar”. (tradução portuguesa, Lisboa, Principia, 2003, pág. 53)

Revista *Estudos Filosóficos* n° 1 /2008 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 28 – 43

No auge dos governos militares, o Estado detinha cerca de 60% do patrimônio das cinco mil e trezentas maiores empresas não-agrícolas¹². No setor siderúrgico, por exemplo, em 1975, o patrimônio líquido das empresas governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Depois daquela data, criaram-se mais duas grandes siderúrgicas estatais (Tubarão e Açominas). Nos setores elétrico, petróleo, petroquímica e telefonia o domínio estatal era absoluto. A égide estatal no setor bancário era igualmente incontestada.

Após a abertura, a Constituição de 88 consagrou a estatização da economia. Dada a gravidade dos problemas daí decorrentes, veio a ser reformada em 1994, o que permitiu fossem efetivadas algumas privatizações - sem dúvida relevantes -, a exemplo dos setores siderúrgico, telefonia e mineração. Manteve-se o domínio estatal na geração de energia e a existência da Petrobrás, além do controle sobre a parcela fundamental da infra-estrutura de transportes (rodovias e portos). Deste modo, a União preservou em suas mãos cobiçados “cargos de nomear”, o que tipifica e justifica seja denominado de *patrimonial* instituição que detém patrimônio tão colossal.

Difícilmente será factível reverter tal quadro. A industrialização brasileira processou-se sob o lema da “substituição de importações”. O que não estava diretamente em mãos do Estado dependia e depende estritamente da sua proteção. O BNDES tornou-se a única agência de investimentos no país e orienta-se estritamente por aquele princípio.

Assim, a chamada indústria nacional não se transformou num contraponto à burocracia estatal. A circunstância explica, em grande medida, a baixa participação do comércio exterior na formação do PIB.

Ao que tudo indica, somente o agronegócio conseguiu criar mecanismos financeiros autônomos.

5. Considerações finais

Portanto, em que pese tenha o Brasil se transformado numa nação industrial, a natureza do Estado não se alterou substancialmente. Ao invés de estar em mãos de estamentos da classe dominante, o Estado continua sendo o grande negócio da burocracia

¹² Gilberto Paim –*Estoque brasileiro de capital segundo sua origem*. Rio de Janeiro, 1975.
Revista *Estudos Filosóficos* nº 1 /2008 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967
<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>
DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG
Pág. 28 – 43

estatal, associada, como indicara Schwartzman, a segmentos expressivos da classe política, muitos dos quais, aliás, provêm diretamente daquele grupo social.

Referências:

CARVALHO, José Maurício de. *Caminhos da moral moderna, a experiência luso-brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

MACEDO, Ubiratan Borges. *A presença da moral na cultura brasileira*. Londrina: EDUEL, 2001.

PAIM, Antônio. *A querela do estatitismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

PAIM, Gilberto. *Estoque brasileiro de capital segundo sua origem*. Rio de Janeiro, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: DIFEL, 1975.